

PROCESSO DE PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: RECIFE - IMPASSE PERMANENTE DA COEXISTÊNCIA DE INTERESSES DA “CIDADE À ACUMULAÇÃO DE CAPITAL” E DA “CIDADE À REALIZAÇÃO PLENA DA VIDA HUMANA”!

The unequal process of urban space's production: Recife – The continuous deadlock of the coexistence between 'the city for capital accumulation' and 'the city for the realization of human life'

Le processus de production inégale de l'espace urbain: Recife – L'impasse permanente de la coexistence des intérêts liés à 'la ville de l'accumulation du capital' et 'la ville de la réalisation pleine de la vie humaine'

Cláudio Jorge Moura de Castilhoⁱ
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo destaca alguns pontos para uma discussão sobre a natureza filosófica do processo de produção do espaço urbano, a partir do caso de uma cidade situada na “periferia” do sistema capitalista, Recife. No âmbito do contexto do desenvolvimento histórico-geográfico desigual em que ainda permanece o impasse entre os interesses do mercado e os da realização plena da vida humana, sempre com a predominância dos primeiros, discute-se, primeiramente, o que é a cidade da lógica do mercado e a cidade da realização plena da vida humana. Em seguida, na perspectiva de superar este impasse, procura-se, a partir do tempo presente, pensar na possibilidade de estabelecer um equilíbrio entre as duas lógicas do acontecer urbano, em prol da coletividade, indagando se isto é possível.

Palavras-chave: espaço; urbano; capital; vida; Recife.

Abstract

This article shows up some points for a discussion about the philosophical nature of the urban space production process from the case of Recife, a town situated in a 'periphery' of the capitalist system. Under a context of unequal historical-geographical development in which there is a clear deadlock between the market interest and the human interest, always in favour of the first, we pointed, firstly, the aspects of 'market town logic' and 'human town logic'. After that, and secondly, searching for making a balance between both logics, we encourage people to think about another urban space for everybody without dualism logical, making its possibility in question.

Keywords: space; urban; capital; life; Recife.

Resumé

Cet article montre les points au débat sur la nature philosophique du processus de production de l'espace urbain, à partir du cas d'une ville située à la 'périphérie' du système capitaliste, Recife. Dans le contexte du développement historique-géographique inégal à l'intérieur duquel on voit le maintien des tensions entre la logique de la construction d'une 'ville à l'accumulation du capital' e celle d'une 'ville à la réalisation pleine à la vie humaine', toujours avec la dominance de la première, on fait d'abord la discussion de ce qui est la ville du marché et la ville de l'humain. Après cela, et à partir du temps présent, on cherche à réfléchir sur la possibilité d'établir un équilibre entre ces deux logiques de l'espace urbain, dans la perspective de la construction de l'espace pour la collectivité humaine, en interrogeant dans quelle mesure cela est vraiment possible.

Mots-clé: espace; urbain; capital; vie; Recife.

INTRODUÇÃO DA IDEIA

Este artigo aborda, principalmente, alguns aspectos relevantes do processo de produção do espaço urbano a partir do caso específico em Recife, um lugar situado em região “subdesenvolvida”¹ da “periferia”² do capitalismo, deslindando os seus principais aspectos e discutindo a sua real natureza filosófica. Processo que, para nós, tem acontecido muito mais no sentido de prover a

garantia dos interesses de grupos hegemônicos da economia, do que a dos interesses das pessoas que vivem sob as mais precárias condições de existência na cidade.

A idéia básica é que o espaço urbano tem sido, de preferência, *locus* da expansão de ações cujas intenções acham-se perfeitamente vinculadas à obtenção de lucros, para o que os imperativos do crescimento econômico – das atividades, do mercado imobiliário, do

mercado financeiro etc. – sobrepõem-se sobre o das necessidades reais de realização plena da vida humana dos cidadãos. Ademais, geralmente, o Estado tem implementado ações reforçadoras dessa sobreposição, ainda que devesse agir para garantir os interesses do bem comum, sem exceção. Concretamente, isto tem acontecido na medida em que se tem visto, sobretudo, a ampliação e modernização da malha viária urbana a fim de aumentar, de maneira mais eficaz, a circulação de veículos e, por sua vez, a de fluxos econômicos, permitindo a expansão dos condomínios residenciais e empresariais, concentrando-se nas áreas mais valorizadas da cidade.

Ao mesmo tempo em que se constata a predominância dos interesses econômicos sobre os sociais, o espaço urbano também apresenta alternativas à resolução dessa tensão, demonstrando que existe, de fato, uma coexistência entre as duas referidas lógicas de produção da cidade. Dessa maneira, no momento em que, mesmo os segmentos mais pobres da sociedade organizam-se e mobilizam-se para fazerem valer seus interesses, podem-se vislumbrar possibilidades de construção de condições a algo efetivamente criativo e novo.

Essas condições, segundo moradores entrevistados em bairros de famílias de baixa renda em Recife, são aquelas que garantem a manutenção das suas condições reais de vida com dignidade, na cidade, isto é: acesso a bens de sobrevivência (alimentos, roupas, calçados, eletrodomésticos) e à segurança (moradia, trabalho, renda, formação escolar e profissional, atendimento médico); bem como o reconhecimento social (ser aceito pelos demais moradores da cidade, mantendo relações com qualquer pessoa de outras áreas)

e o respeito (ser visto, também, como membro da sociedade, sem sofrer nenhum tipo de discriminação social). O que, por outro lado, é conseguido, também, através das conquistas econômicas.

Daí por que não se pode mais admitir que se busque resolver a questão ora discutida e recolocada a partir da mera escolha entre uma ou outra das duas lógicas comuns ao acontecer urbano: a do capital e a da vida. Erro no qual muita gente tem incorrido, seja vinculada a coalizões da “direita”, seja a coalizões da “esquerda”. É o momento de, ao contrário, refletir sobre como as garantias à realização da vida humana podem ser conseguidas pela distribuição real dos benefícios do crescimento econômico, avaliando em que medida isso é possível, libertando-nos das visões economicistas limitadoras e redutoras da complexidade da realidade. A este respeito, são seminais as discussões feitas por Santos (2000) e Bevilacqua (2011) dentre tantos outros grandes pensadores do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, procura-se, primeiro, conceituar a idéia de processo de produção do espaço urbano, definindo-o segundo as especificidades socioterritoriais do lugar estudado. Segundo, discutir a lógica predominante do processo de produção da “cidade à acumulação de capital”, isto é, um espaço que se organiza, prioritariamente, em benefício dos interesses do mercado, a fim de demonstrar em que medida as nossas cidades têm seguido essa lógica, dificultando usos e práticas do espaço, calcados em parâmetros radicalmente democráticos. Terceiro, conceituar e discutir a necessidade de se valorizar a produção da “cidade à realização plena da vida humana”, isto é, de um espaço

que deve ser produzido, considerando não apenas os interesses dos fluxos econômicos como principais agentes que atuam e produzem o espaço urbano, mas também aqueles dos grupos sociais mais pobres da cidade, dos que vivem, notadamente, do seu trabalho nos circuitos superior e inferior da economia urbana, defendendo a efetiva participação social com liberdade e conhecimento de causa no que concerne o acesso às informações capazes de fundamentar decisões criativas a serem tomadas nos fóruns urbanos.

Nesta discussão, dá-se destaque às classes que vivem do trabalho, as quais ainda continuam fundamentais no processo de produção social do espaço urbano. O problema que se tem constatado, ao longo do tempo reside, pois, na alienação do trabalho e, por sua vez, do espaço da sua existência, no âmbito das próprias relações com a economia, mediante a qual o trabalhador vem, secularmente, separando-se do trabalho, tornando-se mais pobre quanto mais riqueza tem produzido. Com efeito:

A alienação do trabalhador no objeto revela-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, menos tem de consumir; quanto mais valores cria, mais sem valor e mais desprezível se torna; quanto mais refinado o seu produto, mais desfigurado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, mais desumano o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais magnífico e pleno de inteligência o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza. (MARX, 2002, p. 113)

Trata-se de uma contradição, mas que, ao mesmo tempo, faz parte da própria lógica do

desenvolvimento desigual do capitalismo. Por isto, busca-se, por último, ultrapassar visões dicotômicas entre capital e trabalho: espaço para os interesses do mercado e espaço para os interesses da vida humana. Com isso, coloca-se a necessidade de valorizar, em sua complexidade e totalidade, a partir do acesso e de condições dignas de trabalho, várias outras dimensões necessárias à realização plena da vida humana. Dentre tais dimensões, destaca-se a social, econômica, política, espacial, ideológica, as quais, por seu turno, acham-se indissociável, contraditória e solidariamente articuladas em uma totalidade complexa.

Pretende-se assim, resgatar a dimensão política da discussão acerca do processo de construção da cidade, questão que passou a ser contemplada pela geografia, a partir dos anos setenta do século passado:

[...] la geografia urbana degli anni settanta sposta finalmente l'analisi sul piano politico delle contraddizioni e dei conflitti sociali generali del sistema di produzione capitalista di cui la 'struttura urbana' è espressione. La città, fornendo un ambiente favorevole all'accumulazione del capitale, è infine intesa come parte integrante del modo di produzione capitalista del quale si denunciano le ingiustizie socio-spaziali e le ineguaglianze. Gli autori che si inscrivono in questo orientamento interpretativo tentano di demistificare l'ideologia delle classi dominanti e di ragionare sullo spazio come 'prodotto sociale' [Lefèbvre], esplorando le problematiche del 'diritto alla città' [Lefèbvre], della 'giustizia sociale' in ambito urbano [Harvey] e, più in generale, della 'questione urbana' [Castells]. (GOVERNA & MEMOLI, 2011, P.70)

questões que, para nós, continuam fundamentais ao entendimento da cidade na

perspectiva da busca de caminhos efetivos à mudança das suas atuais formas de organização espacial, libertando-nos do pensamento e da prática únicos.

PROCESSO GLOBAL DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: LÓGICA E FORMA

O espaço urbano constitui uma dimensão, simultaneamente, objetiva e subjetiva do processo de produção da sociedade. Trata-se do resultado da organização socioterritorial total e complexa, construída e usada pelas práticas conjuntas, solidárias, contraditórias e conflituosas dos homens em ação, organizados em sociedade, ao longo da história da humanidade. Desse modo, em vez de um mero palco às ações humanas, o espaço é, concomitantemente, um meio e uma condição à concretização dessas ações; constituindo, portanto, um fator à própria condição humana, ou seja, o espaço é, como dizia Santos (1980), uma instância social.

Isto quer dizer, enfim, que a sociedade sem espaço é pura abstração. Assim sendo, na medida em que, no seu processo de organização social, os homens ocupam, apropriam-se e usam o espaço para produzirem os seus territórios de existência, essa dimensão objetiva da sociedade torna-se fundamental ao acontecer humano. Isto porque, é através do espaço – ocupado, apropriado e usado – que os homens realizam os seus diversos projetos de vida. Por isso que, para a geografia, o que interessa é a elucidação não somente do território em si desses homens, mas também a da natureza do uso social desses territórios como espaço de vida.

Nessa perspectiva teórico-metodológica, deve-se dar destaque às seguintes questões: como o espaço é usado pela sociedade? Que

interesses predominam nesse processo de uso do espaço? Qual a natureza filosófica desse uso social do espaço? É a partir de respostas a essas questões que se avalia em que medida o processo de produção do espaço urbano – considerando, sobretudo, o seu tempo presente³ – possui condições efetivas para atender os interesses que coexistem, em sua complexidade, neste processo, fazendo valer o bem comum. Outros problemas concernentes à tarefa do intelectual que estuda a sociedade a partir da sua dimensão espacial referem-se ao caráter do espaço analisado, segundo interesses dos seus principais agentes (agrário x comercial x industrial x financeiro... x urbano); bem como à escala de abordagem da análise dos vínculos existentes entre esse espaço e o mundo (horizontalidade e verticalidade, localidade e globalidade...).

No primeiro caso, não se concebe mais o espaço geográfico como uma dimensão fragmentada em que os interesses agrário, comercial, industrial, financeiro e urbano acham-se separados uns dos outros. Aliás, nunca houve essa separação de fato. A diferença, hoje, é que a inter-relação entre esses interesses acha-se mais evidente, em função das próprias inter-relações existentes entre objetos e ações inerentes aos diversos modos de vida numa totalidade em movimento permanente.

No segundo caso, ressalta-se a idéia de que, ao estudar o espaço, não se pode deixar de considerar o fato de que os processos que se concretizam em nível local – na cidade, por exemplo – acham-se vinculados a processos interligados à própria dinâmica de movimentos histórico-espaciais globais. Desse modo, cada lugar é o próprio mundo mais próximo da vida cotidiana das pessoas e,

concomitantemente, o mundo é o conjunto dos acontecimentos em cada lugar. Na medida em que o mundo é movido pelas relações capitalistas de produção – principalmente sob os princípios do estímulo ao crescimento econômico, da busca da acumulação de lucros e da exploração do trabalho no espaço mundial – essas relações também acontecem em cada lugar, embora cada um dos lugares reaja diferentemente aos impulsos do capitalismo, conforme suas especificidades territoriais.

Sob o capitalismo, existe uma tendência à “homogeneização” dos lugares a fim de inserilos na dinâmica das relações de mercado, alienando a sociedade em todas as suas dimensões, incluindo a dimensão espacial dos *homens banais*. Nesse sentido, os lugares passam a ser produzidos para atender, de preferência, aos interesses da acumulação de capital; o que se faz mais grave nos lugares em que a *globalização torna-se ainda mais perversa* como é o caso de Recife e de sua área metropolitana.

Este lugar, desde os primórdios da sua formação histórico-territorial, possui uma organização espacial muito desigual, resultado de uma lógica de organização global em que predominaram interesses voltados, sobretudo, à ampliação dos fluxos econômicos, transformando tudo em mercadoria. Sobre isto, Marx já nos alertava, durante o auge da sua reflexão teórica, argumentando que, no capitalismo, há uma tendência a transformar tudo em mercadoria, inclusive, acrescenta-se, o espaço.

Essa lógica ampliou as contradições socioterritoriais no espaço da cidade, na medida em que se tem investido muito mais nos lugares de interesse econômico, contribuindo mais para um processo de

valorização capitalista do espaço do que para um processo de *valorização social do espaço*. Fato que pode ser evidenciado pelos processos de: ampliação das áreas de fluxos de automóveis e de concentração de serviços de interesse econômico; implantação de áreas de consumo; construção de condomínios residenciais e empresariais, bem como pela expansão de áreas de lazer e entretenimento voltadas a grupos sociais de média e alta renda.

Segundo essa lógica, até os anos 80 do século XX, as populações de baixa renda eram violentamente expulsas das áreas que se tornavam mais valorizadas na cidade, obrigando-as, mediante um processo de *segregação induzida*⁴, a deixarem os lugares que construíram ao longo de sua história de vida para instalarem-se em outras áreas, geralmente menos valorizadas. A partir do início dessa mesma década, porém, com a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em 1983, pelo governo municipal do Recife, as famílias residentes nessas zonas passaram a ter a garantia do seu direito à moradia, com o que muitas ocupações passaram a ser tratadas numa perspectiva de valor de uso; o que foi reconhecido pelas autoridades públicas e sociais, evitando a sua expulsão pela pressão dos agentes sociais envolvidos, por exemplo, com interesses da especulação imobiliária.

Porém, nem todo lugar habitado por gente pobre da cidade tornou-se ZEIS e nem todo lugar instituído como ZEIS possui ainda o conjunto de bens e serviços necessários ao processo de urbanização desejado pelos moradores, isto é, com qualidade de vida e justiça socioespacial, condições concretas à formação do *espaço do cidadão*. Muito ainda falta, portanto, para que os lugares das nossas

cidades tornem-se efetivamente *espaços* em que os seus habitantes tenham conquistado o seu *direito à cidade*, isto é, uma cidade da realização plena da vida humana.

Em sendo assim, tem-se uma situação urbana em que as cidades têm sido produzidas e representadas pelos interesses do mercado, tornando-se lugares, predominantemente, à acumulação de capital em todas as suas escalas; tem-se uma “cidade do capital” em que os grupos sociais que vivem do trabalho só conseguem, quando muito, sobreviverem em contexto de forte precariedade no que concerne às suas condições de existência.

A PERMANENTE CONSTRUÇÃO DA “CIDADE À ACUMULAÇÃO DE CAPITAL”

Com base em observação empírica da realidade socioterritorial do processo de produção do espaço urbano em Recife, sob o modelo de desenvolvimento histórico-geográfico desigual, o espaço urbano é organizado para atender principalmente os interesses da acumulação de capital, transformando tudo em mercadoria a ser vendida à obtenção de lucros e, por sua vez, para realimentar a própria acumulação de capital. Por esta razão tão evidente, afirmou-se que o espaço urbano constituiria o *locus* da acumulação de capital, desde o começo da formação de uma *geografia crítica*, em meados dos anos 70 do século XX no Brasil.

Com efeito, ao longo do processo de formação territorial das cidades, o seu espaço tem sido organizado de maneira a, sobretudo, facilitar os fluxos econômicos garantidores do processo de acumulação de capital. Quantas dessas cidades não ampliaram e modernizaram a sua malha viária e empreenderam reformas urbanísticas em

detrimento do patrimônio social, histórico e ambiental, visando ao crescimento econômico? Quantas dessas ações não expulsaram famílias pobres existentes nas áreas que tiveram seus espaços submetidos a operações urbanas de valorização capitalista do espaço, desmanchando identidades socioterritoriais historicamente estabelecidas? A resposta infelizmente é a mesma, ou seja, todas, embora tenhamos que considerar suas variações!

Entretanto, numa formação capitalista, plena de desigualdades socioterritoriais, ao mesmo tempo em que algumas áreas são usadas para se tornarem úteis ao mercado, fixando cada vez mais objetos espaciais voltados à acumulação de capital (centros comerciais, centros empresariais, parques temáticos, parques de eventos, condomínios residenciais de luxo, modernas vias de acesso etc.); outras são usadas por aquelas pessoas e famílias “dispensadas” pelo capitalismo, fixando precariamente no espaço seus próprios objetos espaciais para, também, aproveitarem-se da dinâmica urbana capitalista (mocambos, favelas, pontos de comércio e prestação de serviços informais etc.).

Recife é um exemplo de uma das cidades em que essas desigualdades expressam-se com muita evidência na medida em que muito do seu patrimônio histórico-cultural e ambiental foi posto abaixo em favor da expansão/modernização da malha viária e das atividades do terciário superior para favorecer os fluxos econômicos; expulsando famílias de baixa renda que, antes, se haviam fixado nas áreas objeto daquelas operações urbanas para construir seus lugares de vida. Essa lógica de produção do espaço urbano tornou-se evidente desde o momento em que a cidade começou a desenvolver-se historicamente:

As ligações [do espaço do Recife] com Olinda [capital da província de Pernambuco durante a maior parte do período colonial], e aquelas que o Capibaribe e o Beberibe [importantes rios] permitiam com as terras dos engenhos e lavouras, asseguravam à população do Recife o acesso aos produtos de que necessitava e que a natureza do seu solo e o caráter de sua ocupação, não lhe permitiam produzir. Desta forma, aliás, fortalecia-se a sua função mercantil, lançavam-se as bases de sua hegemonia comercial sobre o setor agrícola e abria-se um campo cada vez maior à aplicação do capital mercantil no próprio espaço urbano, favorecendo sua a c u m u l a ç ã o e r e p r o d u ç ã o . (BERNARDES, 1996, p. 15)

Os interesses do mercado chegam às cidades, normalmente, como vetores verticais ou verticalidades (consolidando *solidariedades organizacionais*), quebrando vínculos sociais historicamente construídos (*solidariedades orgânicas*) nos lugares, alienando o *espaço banal* e fazendo valer processos de valorização capitalista dos lugares que apresentam potencialidades à sua própria transformação em mercadoria. Desse modo:

[...] o caráter mercantil da colonização, apesar de agir fundamentalmente como um fator de acumulação externa, exigiu e propiciou um paralelo processo intenso de acumulação necessário inclusive para a continuidade dos objetivos do sistema. O desenvolvimento deste processo, embora dependente, colocava para parte dos colonos a necessidade de encontrar no próprio espaço colonial os elementos de legitimidade e de constituição de sua auto-imagem aqui reconhecidos socialmente, para além de sua ainda fundamental referência aos valores metropolitanos da colonização. (Ibidem, p. 25)

Este processo, fundamentado principalmente no desejo das elites dirigentes locais de “serem europeus”, esquecendo-se, portanto, das reais “necessidades dos habitantes da colônia”, contribuiu para a permanência, no tempo, de idéias e práticas de urbanização, urbanismo e urbanidade que mantiveram as fortes desigualdades socioterritoriais nas nossas cidades até os dias atuais. Nota-se assim, ao observarmos o conjunto das imagens abaixo, que continua forte a persistência da problemática espacial em Recife, evidenciando-se a desigualdade no que se refere à repartição da renda (FIGURA 01). Deste problema, originam-se outros a exemplo dos relativos às precárias condições das habitações para muita gente (FIGURA 02), ao nível de educação de segmentos populacionais que apresentam significativos índices de analfabetismo (FIGURA 03) e ao não acesso, ainda, para muita gente, a serviços sociais básicos à vida na cidade (FIGURAS 04 E FIGURA 05). A forte concentração de renda não é o único fator desses problemas, achando-se eles vinculados, ao mesmo tempo, a uma lógica mais global do modelo de desenvolvimento geográfico desigual no Brasil.

Longe de uma situação dicotômica, essas formas de uso do espaço, devem ser compreendidas criticamente, como partes, dialeticamente inter-relacionadas, de uma totalidade (a estrutura socioespacial urbana em uma formação histórico-geográfica global) em movimento permanente.⁵ E quanto maior o nível de analfabetismo (principalmente aquele de ordem político como dizia Paulo Freire), maior será o grau de desmobilização social e, por sua vez, mais fortes serão os mecanismos de “enquadramento social” (a

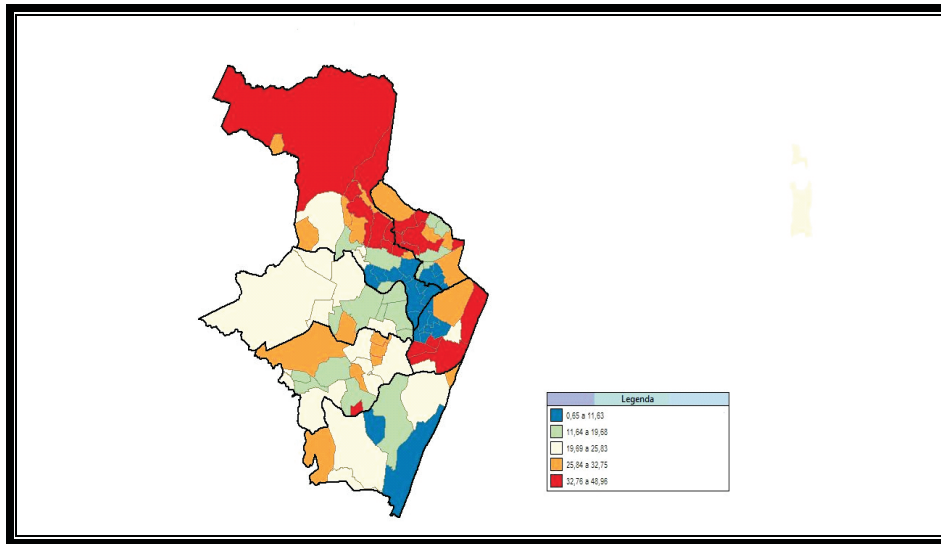


FIGURA 01 – Recife – Percentual de responsável pelo domicílio com renda até 1 salário mínimo, 2000.
Fonte: Atlas de desenvolvimento humano do Recife, 2005. Adaptado pelo autor.

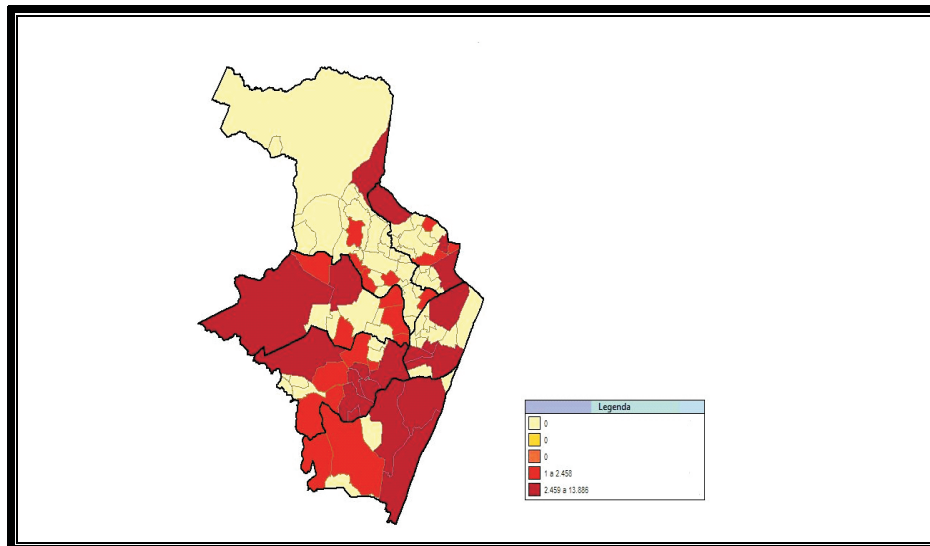


FIGURA 02 – Recife – População que reside nos aglomerados subnormais, 2000.
Fonte: Atlas de desenvolvimento humano do Recife, 2005. Adaptado pelo autor.

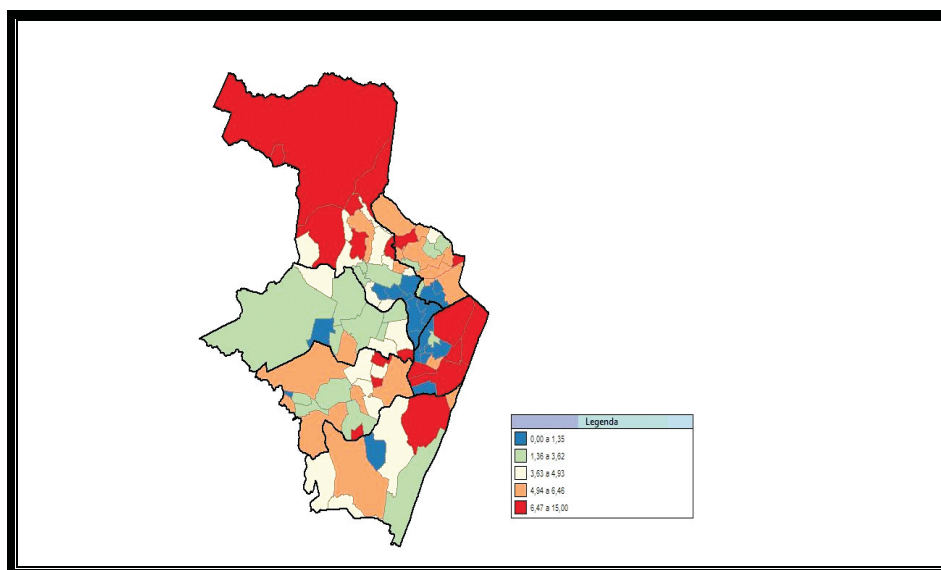


FIGURA 03 – Recife – Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos, 2000.
Fonte: Atlas de desenvolvimento humano do Recife, 2005. Adaptado pelo autor.

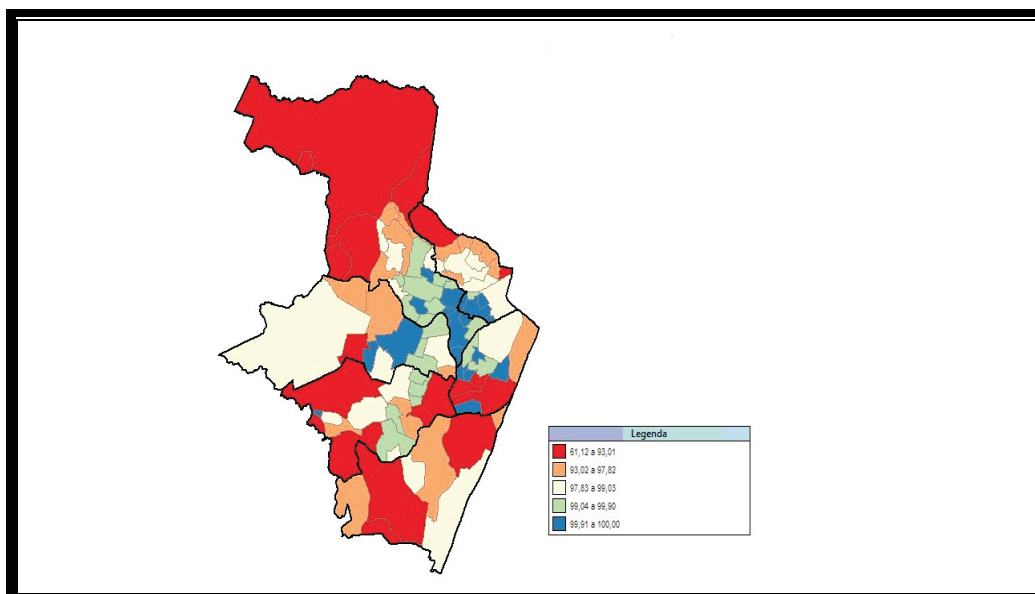


FIGURA 04 – Recife – Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000.
Fonte: Atlas de desenvolvimento humano do Recife, 2005. Adaptado pelo autor.

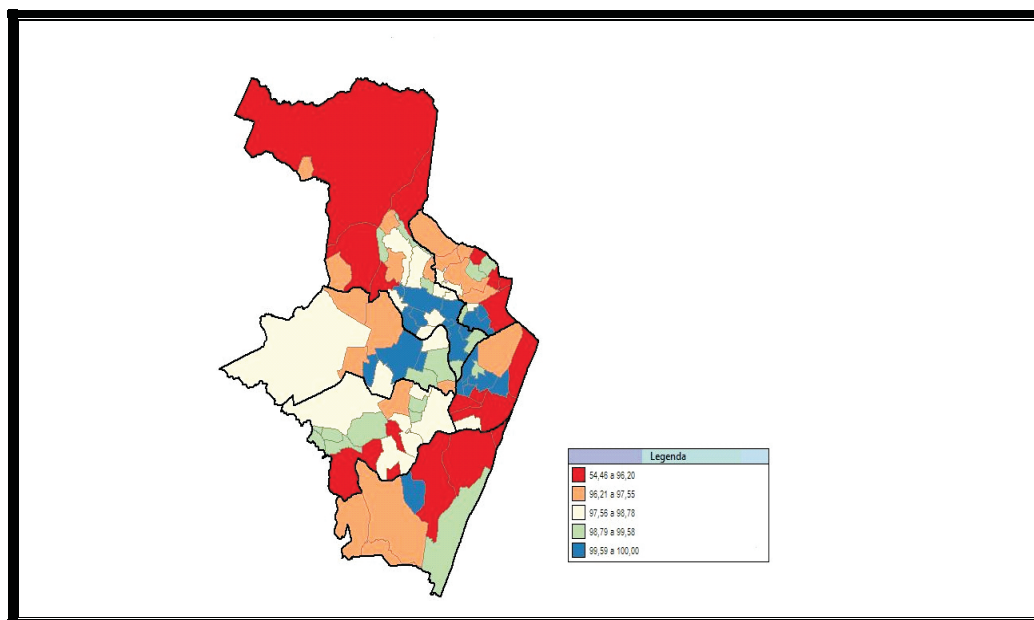


FIGURA 05 – Recife – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com instalação sanitária, 2000.
Fonte: Atlas de desenvolvimento humano do Recife, 2005. Adaptado pelo autor.

exemplo do acesso a créditos financeiros, a alguma crença religiosa, a favoritismos etc.). Daí, maiores, também, serão os índices de desigualdade socioterritorial nas cidades. Por este motivo é que, no Brasil, as cidades apresentam níveis de qualidade de vida e justiça socioespacial mais problemáticos do que outros países do mundo. Porém, convém lembrar que:

O conjunto desses fatores e a histórica permanência de altas taxas de pobreza

urbana fazem com que a segregação espacial não se completou: no Recife, nenhuma concentração de população de rendas alta e média está localizada a mais de 1.200 m de um assentamento popular gerando práticas sociais de vizinhança entre setores sociais diferenciados que convivem no mesmo bairro. No entanto, existem, como se verá, bairros exclusivamente ocupados por populações de baixa renda, em localizações periféricas dificultando o acesso ao mercado de trabalho e tornando ainda mais remotas as perspectivas de

mobilidade social. (BITOUN, 1996, pp. 44-45)

Ainda que tendo sido reconfigurado no curso dos últimos anos da história urbana local, esse “convívio” ou, melhor dizendo, essa aproximação espacial, em certa medida, pode ser um ponto de partida para se pensar em possibilidades de convivência efetiva; pelo menos em possibilidade de pensar que algo está errado em termos de produção de cidade. E vale a pena fazer uma reflexão sobre isso, embora seja interessante reconhecer que nem sempre a proximidade espacial pode ser *per se* fator de integração. Neste sentido:

La proximité spatiale est une notion en apparence neutre et qui semble aller de soi. Et le constat de la proximité spatiale amène souvent à conclure à l'existence de relations, d'intérations entre objets proches, qu'il s'agisse de groupes sociaux, d'individus, voire d'objets de toutes autres natures. [Todavia,] la proximité spatiale n'est pas nécessairement l'indice fiable d'une proximité sociale. Par ailleurs, la nature et le contenu de cette 'proximité sociale restent à établir [dans le cas des grands ensembles, par exemples] (RHEIN, 2002, p.203)

e nos casos em que, em função, sobretudo, do contexto de formação de esboços de segregação socioterritorial, nota-se a proximidade espacial entre classes sociais diversas, mas que não conseguem mais manter relações espaciais em termos de convivialidade.

A DIFÍCIL, MAS NÃO IMPOSSÍVEL BUSCA DA “CIDADE À REALIZAÇÃO PLENADA VIDA HUMANA”

Vimos anteriormente que a cidade, como espaço urbano no capitalismo (periférico), é *locus* de uma acumulação perversa de capitais.

Mas que, simultaneamente, a cidade é *locus* da formação e dos interesses ligados às pessoas que não participam diretamente dos fluxos hegemônicos da acumulação, simplesmente porque o processo de produção capitalista do espaço é contraditório em seu permanente movimento. Da mesma forma que os agentes do capital usam o espaço urbano para reproduzirem-se como capitalistas, as pessoas que vivem do seu próprio trabalho e não dos lucros usam porções desse espaço para (sobre) viver na cidade.

Na medida em que o espaço torna-se uma mercadoria cada vez mais escassa e valorizada, a produção do espaço torna-se, portanto, um processo conflituoso. Conflito que tenta superar uma das nítidas contradições do capitalismo, isto é, ao mesmo tempo em que as relações sociais capitalistas de produção conseguem cada vez mais produzir e reproduzir mercadorias, estas se tornam escassas em função da enorme procura por elas próprias. Só que, para adquiri-las, é necessário ter dinheiro suficiente.

Certamente, esta condição não condiz com a realidade das pessoas que vivem apenas do seu próprio trabalho. Estas, porém, para (sobre) viverem nesse contexto, só dispõem da sua força de trabalho – a qual também se tornou mercadoria – vendida no mercado de trabalho. Mas, como a mercadoria força de trabalho possui valor inferior às demais, não obstante a sua importância para o capitalismo, essas pessoas, muitas vezes, só conseguem obter ganhos ou salários, variando conforme o *status socioespacial* de cada pessoa na sociedade.

Daí, para conseguir algo mais, a fim de obterem renda para manterem-se em uma sociedade exacerbadamente competitiva, a necessidade de mobilização social torna-se

fundamental. É justamente em decorrência dessa necessidade que as pessoas se organizam e lutam pela conquista do seu *direito à cidade*, ou seja: pelo acesso ao solo urbano, pelo acesso a salários e condições dignas de trabalho, pelo acesso a serviços sociais de qualidade, garantidores de uma vida saudável e pela integração socioespacial na vida urbana.

As mobilizações sociais pela conquista desses direitos constituem reações, também, dos *homens banais*, no seio do próprio capitalismo, o que nos remete a outra contradição importante engendrada nas próprias relações capitalistas de produção. Sem tais reações, ninguém consegue conquistar posições importantes na cidade e níveis socioeconômicos de consumo, dando origem à formação de segmentos das classes médias, como também promovendo o acesso de pessoas de baixa renda; embora neste caso tenham predominado as táticas informais de trabalho e vida. Em cidades brasileiras, como Recife, a situação dessas pessoas é ainda mais difícil, restando-lhes apenas a sua mera inserção social, pelo circuito inferior da economia urbana e pela autoconstrução de habitações precárias tais como os mocambos e as favelas.

Entre a primeira e a segunda metade do século XX, segundo Melo (1978), o processo de proletarianização dos trabalhadores do campo que ocorria na *hinterlândia* do Recife reforçou os fluxos migratórios desses contingentes populacionais rumo à cidade. Em chegando neste espaço sem as qualificações exigidas pelo *imperativo do tempo do capital*, essas pessoas não encontravam trabalho e nem lugares para morar, aglomerando-se, assim, nas áreas onde já se havia fixado populações pobres oriundas de outras cidades do interior do estado e de

outras áreas da própria cidade, que se tornavam mercadorias valorizadas pelo mercado imobiliário.

Compreendendo o processo de formação histórica do espaço geográfico a partir do tempo presente, remonta-se um pouco mais no tempo a fim de captar o que é interessante para explicar o presente, vislumbrando um futuro diferente para as populações das nossas cidades. Desse modo, a sociedade atual é parte de um *meio técnico-científico-informacional* que é resultado da coexistência de espaços, tempos e dinâmicas, inerentes a diversos contextos do processo de evolução do capitalismo. Nesta perspectiva, o espaço urbano constitui resultado de processos contraditórios e conflituosos relativos a embates entre os vários agentes construtores do espaço. Com efeito, se os capitalistas agem no sentido da transformação contínua do espaço em *locus* da acumulação de capital; as pessoas que não são favorecidas por esta lógica fazem o possível para continuar no espaço, resistindo aos interesses contrários aos seus propósitos e, como se diz popularmente, *se virando como podem*.

Nos anos 30 e 40 do século XX, para não remontarmos muito no passado perdendo o fio condutor da nossa discussão, segundo Cézár (1985), já existiam registros de associações de moradores, as quais se organizavam para conquistar melhores condições de moradia e vida na cidade, reivindicando a posse de terrenos e o acesso a serviços sociais de educação, saúde, formação etc. Por volta das duas primeiras décadas do mesmo século, partidos políticos (Partido Comunista) também se faziam presentes em áreas pobres da cidade a fim de, mediante seus comitês de organização, contribuir para o processo de

mudança social como um todo.

Durante as décadas de 50 e 60 – até mais precisamente 1964⁶ – ocorreu, no Brasil, a efervescência de grande número de associações sociais, as quais se mobilizavam pela conquista de direitos sociais. Em Recife, as associações de moradores, incentivadas pela prática das *Audiências Populares*, multiplicavam-se em torno da luta pela posse da terra, por obras de infra-estrutura urbana e por serviços sociais, chegando mesmo, mediante suas federações (inclusive de bairros), a articular essas reivindicações a bandeiras de lutas mais amplas, tais como aquelas atinentes às reformas de base que estavam na pauta das discussões em escala nacional, dando origem ao que se chama hoje de movimento nacional de reforma urbana.⁷

No período da ditadura militar, notadamente ao longo da influência dos segmentos de linha dura daquele Estado – até mais ou menos meados dos anos 70 – estava proibida qualquer forma de organização e mobilização social, e isto com o suporte “legal” do Ato Institucional N° 5 (AI-5). Entretanto, sob a proteção da ala progressista da Igreja Católica, inspirando-se em princípios da Teologia da Libertação, algumas associações sociais de bairro continuavam a reunirem-se para discutir os seus problemas cotidianos.

Com o período da distensão do regime militar, a partir de meados dos anos 70, os movimentos sociais urbanos – dentre os quais se destacam os de bairro, que não foram suprimidos tal como dito acima – constituíram importantes vetores do processo de construção do espaço urbano – retomando as ruas das grandes cidades do nosso país; buscando não somente a conquista de independência com relação a instituições tradicionais de apoio às

referidas organizações, como também tentando politizar a questão urbana, muito embora os resultados não tenham sido tão positivos quanto se pensava na época.

Nesse contexto, procurando cooptar e controlar os movimentos sociais que recrudesciam, setores políticos locais começaram a defender, sob o lema *é povo de novo*⁸, a implementação de uma gestão dita democrática com descentralização político-administrativa e transparência quanto à natureza das ações governamentais. Trata-se da gestão apoiada pelo *Programa Prefeitura nos Bairros* da segunda metade dos anos 80, que representou uma postura, pelo menos aparentemente mais aberta, do Estado no que se refere à gestão urbana. O que aconteceu com base, também, na prática dos *Núcleos de Planejamento Comunitários*, executada pelo setor conservador das elites locais que detinham o controle dos aparelhos do Estado.

Não obstante o caráter populista destas ações, muitos movimentos de bairro conseguiram conquistar bens e serviços de consumo coletivo – obras de infra-estrutura, escolas, postos de saúde, centros sociais urbanos, etc. – para os territórios de vida dos seus representados. A institucionalização do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), criado em 1987, constituiu um instrumento importante nessa conquista, bem como no processo de discussão dos problemas urbanos, inerentes a cada lugar habitado por populações pobres da cidade, que se tornava ZEIS.

Como o processo histórico-geográfico não constitui um movimento linear e independente dos interesses sociais vigentes, a produção do espaço urbano apresentou *avanços* no que toca à obtenção de conquistas

alcançadas, na medida em que populações pobres da cidade conquistavam melhorias para os seus territórios de vida: tendo suas ocupações reconhecidas como ZEIS, elas não poderiam mais ser expulsas dos lugares que haviam escolhido para produzirem seus territórios, o que já constituiu um ponto de partida interessante à mudança das suas condições reais de existência. Mas também, *recuos*: mesmo com a permanência de práticas de ações governamentais conservadoras – populistas e clientelistas –, ainda que sob a aparência de ações democráticas, o Estado conseguiu, com a promoção de acesso àqueles bens de consumo coletivo, apaziguar parte dos movimentos sociais de bairro.

Ademais, em virtude, sobretudo, do caráter também conservador de muitos desses movimentos, eles acabaram passando por processos de fragmentação e desmobilização; o que aconteceu, por seu turno, em função da instalação, no seio dos movimentos sociais, de sentimentos e práticas próximas do que se chamou *corporativismo territorial*. Desse modo, passada a euforia do processo de *transição democrática*, o qual fazia referência à retomada da mobilização social como esperança de mudança, os referidos movimentos entraram como que em estado de letargia durante os anos 90.

Sem pressão social mais forte, associadas à expansão do movimento neoliberal no Brasil, as ações governamentais passaram a adotar, novamente, posturas de gestão ligadas mais aos interesses da acumulação do capital, preterindo novamente ações de caráter social que se vinham gestando durante a fase do modelo desenvolvimentista do capitalismo no Brasil. Nos anos 90, essas formas de gestão foram chamadas de *empreendedorismo urbano*.

Com efeito:

O novo empresariamento [ou empreendedorismo] urbano se caracteriza, então, principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato (se bem que, de forma nenhuma exclusivo) muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições [sociais das populações em geral] em um âmbito específico. (HARVEY, 1996, p. 53)

O que decerto aconteceu nas cidades brasileiras. A partir e ao longo dos anos 2000, porém, o contexto sociopolítico brasileiro começou, novamente, a sofrer algumas transformações⁹ no sentido de se retomar processos de implementação de ações públicas, a partir dos *Orçamentos Participativos*, voltadas à conquista da inclusão socioespacial da significativa parcela dos brasileiros que ainda se achavam excluídos, ou melhor, precariamente incluídos na sociedade. Para tanto, diversos programas sociais – ditos de inclusão social – acham-se em execução no momento, e isto nas várias escalas do seu acontecer: microlocais, meso e macrolocais, simultaneamente.

Com efeito, apesar das dificuldades no que concerne à produção de lugares capazes de promover a realização plena da vida humana, em função, sobretudo, da própria natureza do modelo de sociedade que temos tido, existem possibilidades para pensar e refletir sobre a construção de cidades em que os elementos inerentes à qualidade de vida e à justiça socioespacial possam ser colocados em primeiro plano. Contudo, terá que haver mais organização e mobilização socioterritoriais da parte das pessoas mais interessadas nessa

construção, considerando e, ao mesmo tempo, usando o espaço urbano como *locus* dos diversos interesses envolvidos, sem dicotomias e intolerâncias. Para o quê, faz-se necessário resolver, na teoria e na prática, o impasse colocado pelo pensamento dual, ainda predominante em vários espaços de discussão.

ENTRE A “CIDADE À ACUMULAÇÃO DE CAPITAL” E A “CIDADE À REALIZAÇÃO PLENA DA VIDA HUMANA”: IMPASSES E PERSPECTIVAS, LONGE DE UMA VISÃO DUALISTA!

O espaço urbano apresenta, de maneira muito acirrada, essa contradição; o que não é nada de extraordinário porque acontece em função, sobretudo, da sua formação histórico-geográfica desigual, a qual sempre mostrou tendências ao agravamento desta contradição em favor dos interesses do mercado. Mas, simultaneamente, criando mecanismos de enquadramento social com o intuito de mascarar essa contradição, e fazendo permanecer a realidade existencial de fortes desigualdades socioterritoriais.

Desse modo, em que medida, não obstante os avanços conquistados, as formas de participação popular e os principais instrumentos de desconcentração da gestão pública (*Audiências Populares, Núcleos de Planejamento Comunitário, Prefeitura nos Bairros, Orçamento Municipal e Orçamento Participativo*) não foram realizados como mecanismos de enquadramento social, reforçando discursos políticos que acabaram não promovendo mudanças mais radicais. O que, por outro lado, tem acontecido, principalmente, em razão do próprio desejo social não somente de inclusão, mas de integração na cidade, sobretudo da parte das pessoas que até então ficaram

alijadas dos benefícios da expansão dos interesses de mercado. Nesta perspectiva, a cidade, também, é *locus* do encontro dos agentes do mercado e dos atores sociais que só dispõem da sua própria força de trabalho e das suas lutas territoriais para conseguirem seu espaço na cidade.

Buscando saber quais os princípios do planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguiriam promover a efetiva vitalidade socioeconômica das grandes cidades e, ao mesmo tempo, que práticas e princípios a inviabilizariam, Jacobs (2000) partiu, já em finais dos anos 50 do século passado, do funcionamento das cidades na prática. Assim sendo, de acordo com as suas próprias palavras:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina [...] têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais. (JACOBS, 2000, p. 5)

Com efeito, não se pode desconsiderar “as cidades reais” já que elas próprias contêm possibilidades à criatividade e inovação, a exemplo do acúmulo de experiências dos movimentos sociais, da gestão pública e do debate – imaginativo – sobre que cidade se deseja construir. Deve-se então buscar formas diferentes de gestão daquelas que, tradicionalmente, têm estimulado os gestores

da cidade a procurar soluções limitadas e reduzidas, calcadas na promoção do mero acesso a bens e serviços, associado ao crescimento econômico.

Existe nesta atitude uma limitada visão mágica e mecanicista, segundo a qual, resolvidos os problemas da organização material da sociedade, assegurados patamares de crescimento econômico definidos tecnocraticamente e autoritariamente, chegar-se-ia depois à resolução de todas as outras questões, consideradas então menores, ou pior ainda um luxo de sociedades ricas. (BERNARDES, 1996, p.151)

Quais as reais possibilidades de resolução desses impasses numa perspectiva real de mudança? Referente ao caráter dos movimentos sociais de bairro, muitas vezes chamados de meros ativismos em função do alcance limitado e setorial das suas ações, faz-se necessário ainda ultrapassar ações de cunho, sobretudo, reivindicativo e pontual, estabelecendo alvos mais abrangentes e profundos; muito embora já se tenham feito esforços nesse sentido os quais, entretanto, têm que continuar acontecendo de modo cada vez mais forte e articulado.

Esses movimentos têm que participar de maneira mais ativa do processo de Reforma Urbana que se iniciou, no Brasil, no início dos anos 1960 – representado, em Recife, pelos processos ocorridos no período em que se começou a politização da questão urbana da qual falamos em outra seção deste escrito – e que teve como resultados institucionais mais recentes a regulamentação do Estatuto da Cidade (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003) e outros instrumentos legais importantes; mas, ainda não suficientes se não se tiver movimentos sociais autênticos,

mobilizados a partir de uma política de escalas, pressionando o Estado, com autonomia, pela conquista do *espaço do cidadão*. O que, reiteramos, deve ir mais além do mero acesso a bens e serviços, talvez à maneira, em parte, do que está ocorrendo no âmbito dos atuais Movimentos Sociais dos Sem Teto (MTST), os quais serão abordados em trabalhos posteriores.

Quanto à natureza dos mecanismos ordenadores do processo de construção das cidades, merecem destaque dois pontos: um primeiro, que diz respeito à execução de práticas de gestão urbana articuladas, como um *sistema de ações*, a um planejamento urbano conseqüente da cidade; e um segundo, que se refere à necessidade de investir intelectual e empiricamente em práticas de gestão e planejamento urbanos efetivamente democráticos, transparentes e criativos. Nesse sentido, convém apelar para um raciocínio utópico. Mas de que utopia estamos falando? Não estamos falando, é claro, de mundos imaginados perfeitos e fora das suas bases objetivas da existência humana do mundo de hoje, aos quais as pessoas deverão adaptar-se mecanicamente. Estamos falando, por outro lado, do uso da nossa imaginação no sentido de buscar, de modo criativo e inovador, outra organização socioespacial urbana que ofereça condições, também, para a realização plena da vida humana. É elucidativo pensar que:

A maneira como nossa imaginação coletiva e individual funciona é, portanto, crucial para definir o trabalho da urbanização. A reflexão crítica sobre nosso imaginário envolve, todavia, tanto enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos de nosso próprio destino em vez de 'impotentes marionetes' dos

mundos institucionais e imaginativos que habitamos. Se [...] aceitamos que 'a sociedade é construída e imaginada', podemos também crer que ela pode ser 'reconstruída e reimaginada'. (HARVEY, 2004, p.211)

Ao mesmo tempo, convém ressaltar que, mesmo continuando a ser um modelo de sociedade violento, que desintegra e destrói tudo, inclusive as relações socioespaciais:

[...] le distruzioni in corso hanno messo in movimento la reazione e la mobilitazione di moltitudini di uomini in ogni angolo del pianeta. Anche se il rilevatore dei grandi media non l'ha ancora intercettata, una massa di decine di milioni di persone, senza collegamenti, disseminata in ambiti tra loro lontani, è in lotta per difendere i diritti propri e della Terra. [...] Si stà preparando qualcosa di veramente potente [...] Non si tratta solo di poveri, ma di persone di tutte le razze, di tutte le classi sociali e di tutti i luoghi del mondo. (BEVILACQUA, 2011, p.60)

o que, segundo este mesmo autor, é um sinal evidente de uma nova hegemonia que se forma; para nós, principalmente, nos espaços urbanos. Para Santos (2000), tratava-se de uma força que se formava *dos de baixo*, cabendo a nós dar visibilidade a elas, afirmando a sua iminência e relevância.

À medida que essa postura estimula a valorização da dimensão do vivido em cada lugar, isto nos ajuda a combater imposições violentas de planos, programas e projetos de mundo vinculados a necessidades externas a cada lugar, passando por cima das necessidades dos próprios moradores desses lugares, evitando assim o contínuo processo de alienação espacial das pessoas. O que, por sua vez, só poderá acontecer mediante implementação de mecanismos de gestão e

planejamento urbanos que estimulem o encontro e a discussão em torno do destino da cidade na sua totalidade. Isto, apesar do contexto, ainda atual, do desenvolvimento geográfico desigual, que promove ações de isolamento pelos imperativos da busca de segurança.

NOTAS

¹ Geógrafo; Doutor em Géographie Aménagement Du Territoire Urbanisme - Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle); Professor adjunto dos programas de Graduação e Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mails: cjmc@ufpe.br e claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br

Artigo escrito com base em reflexões acerca da natureza filosófica inerente ao processo atual do espaço urbano em nossas cidades, resultantes de debates ocorridos durante o tempo em que temos ministrado as disciplinas de geografia urbana e geografia dos serviços nos programas acima citados; realizado pesquisas, financiadas pelo CNPQ (Produtividade em Pesquisa) e pela CAPES (Estágio Pós-Doutoral); e discutido a referida questão em eventos científicos com palestras proferidas em várias instituições públicas e privadas locais, regionais, nacionais e internacionais.

¹ Ainda se considera o uso deste termo para simplificar o entendimento da verdadeira essência do processo de formação histórico-territorial do nosso país, na medida em que ele denota não somente a existência como também a permanência de fortes desigualdades socioterritoriais, as quais continuam

impedindo que os segmentos mais pobres da sociedade brasileira possam dar saltos mais significativos para a mudança das suas condições objetivas e subjetivas de vida.

² O termo periferia refere-se, aqui, principalmente, à posição do Brasil no capitalismo mundial, país que tem conhecido, no curso do seu processo histórico de formação geográfica, um forte crescimento econômico, mas que ainda não detém poder no que diz respeito à tomada de decisões importantes no cenário econômico mundial; geralmente aceitando, muitas vezes, sem regatear, imposições externas a exemplo da manutenção de políticas governamentais de estabilização das finanças públicas com redução de custos, em detrimento da provisão da qualidade dos serviços de interesse social: saúde, educação, lazer, segurança, habitação etc.

³ Cabe à ciência investigar o tempo presente porque é nesta escala temporal que a sociedade está vivendo, construindo o conjunto de objetos que são/serão úteis às suas ações, e, simultaneamente, implementando seus projetos de vida; ademais é no conjunto desses projetos que se podem esboçar resistências à violência de um modelo de sociedade fortemente concentrador de renda, na busca de se construir outros modelos alternativos. Não se quer, com isto, menosprezar o papel da complexidade histórica no processo de produção do espaço, mas chamar a atenção para o fato de que a história que nos interessa é a história dos homens e das mulheres do tempo atual, claro que mantendo vínculos com o processo global do capitalismo, mas ontologicamente ligado às condições objetivas e subjetivas da humanidade em contínuo e

inacabado movimento rumo a alguma coisa em andamento.

⁴ Forma de segregação socioterritorial em que, segundo Souza (2003, p. 40), “as pessoas não 'escolhem' viver aqui ou ali, sendo forçadas a isso”.

⁵ Convém lembrar a este respeito que “não se trata de situar apenas as classes sociais dentro de um quadro de estratificação, no qual as mesmas existiriam 'em si' e 'para si'. As classes sociais existem de fato em relação a, ou seja, só nas relações – de conflito, dominação, submissão, cooperação – que estabelecem entre si, é que as mesmas definem sua plena existência e configuração, expressa de forma implícita ou explícita na apreensão desta relação, através da consciência de classe. A formação da sociedade de classes da cidade do Recife só ganha plena inteligibilidade, quando situada no conjunto da formação social brasileira, sendo esta por sua vez também parte de uma formação social mais ampla, a do sistema capitalista mundial.” (BERNARDES, 1996, p. 111)

⁶ Ano do golpe militar que, com o apoio de segmentos das elites políticas e econômicas conservadoras do país, instituiu a hegemonia política dos militares até mais ou menos 1985, quando o Congresso Nacional escolheu o primeiro presidente civil após o longo período dos governos militares.

⁷ No campo, trabalhadores rurais estavam articulando-se mediante Ligas Camponesas e outras formas de organização que clamavam por uma autêntica reforma agrária, fazendo também do espaço urbano *locus* de suas

manifestações. Movimentos que se destacavam pela sua força no que tangia à atração de intelectuais e estudantes.

⁸ Fazendo-se referência ao período de efervescência desses movimentos durante os anos 1950 e 1960 quando das gestões populares dos prefeitos Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, os quais valorizavam a mobilização e participação social como instrumentos fundamentais da gestão urbana.

⁹ Convém lembrar que o processo de produção (capitalista) do espaço geográfico não é estático, mas sempre dinâmico haja vista que o contexto histórico-geográfico qualquer que ele seja, sob o qual se acha o espaço urbano, passa continuamente pelas chamadas *crises cíclicas*, ou melhor, por reconfigurações socioeconômico-territoriais mediante as quais tudo que parece sólido acaba *desmanchando-se no ar*, suscitando novas dinâmicas espaciais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1979.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortêz; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BERNARDES, Dênis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

BENEVOLO, Leonardo. *La fine della città*. Roma-Bari, 2011.

BEVILACQUA, Piero. *Il grande saccheggio. L'età del capitalismo distruttivo*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2011.

BITOUN, Jan. Análise dos bairros do Recife através da distribuição de renda. *Revista de geografia*, Recife, p.41-55, jul. 1996.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de geografia*, Recife, v. 19, n. 2, p.29-61, jul./dez. 2002.

CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Caderno de estudos sociais*, Recife, v. 1, n.2, p.161-182, jul./dez. 1985.

GOVERNA, Francesca & MEMOLI, Maurizio (orgs.) *Geografie dell'urbano. Spazi, politiche, pratiche della città*. Roma: Carocci editore, 2011.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & debates*, n.º 39, p.48-64, 1996.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Primeira edição em inglês, publicada em 2000)

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (1961: data da 1ª. edição em inglês)

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987 (1845/1846).

MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1978.

MÉSZÁROS, Istvan. *O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007. (coleção mundo do trabalho)

RHEIN, Catherine. Intégration sociale, intégration spatiale. *L'espace géographique*, Paris, 2002, t.31, n.3, pp.193-207.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*.

Uma introdução ao estudo da gestão e do planejamento urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Abc do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A prisão e a agora. Reflexão em torno da democratização da gestão e planejamento das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais. Uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DPS&A editora, 2006.